



## Especulações dialógicas sobre a leitura como gesto semiótico<sup>1</sup>

Irene Machado<sup>2</sup>  
Universidade de São Paulo

### Resumo

O presente estudo introduz o objeto de uma pesquisa sobre as linguagens da comunicação científica, em que os processos construtivos estão longe de se limitar ao contexto de uma única classe de signos. Porque credita à leitura a atividade fundamental da operação que coloca em interação uma diversidade de signos e de códigos culturais, propõe discutir o conceito de leitura como gesto semiótico. Nesse sentido, leitura é definida como interpretação cultural, no contracampo da leitura como decifração de um código único, tornado atividade por excelência da cultura letrada. A leitura como gesto semiótico exige de nós aquilo que temos denominado alfabetização semiótica e uma capacidade de ler com a cabeça levantada: da página para a tela da memória, do homem e da cultura.

Palavras chave: leitura, gesto semiótico, interpretação codificada, signos discretos, signos contínuos

### INTERPRETAÇÃO CODIFICADA

...trata-se de um gesto que pode ser lido e interpretado como o deslumbramento de uma nova forma de estar no mundo. De uma maneira de ser que põe em tela dos juízos as categorias tradicionais (por exemplo, as da arte, da ação histórica ou de objetividade) e projeta categorias novas que, todavia, não podem ser analisadas de modo evidente. É necessário analisarmos gestos (...) para começar a compreender estas categorias novas. Talvez possa se denominar esta compreensão como “especulações dialógicas” e traçar com ela um grande arco até Platão: insinua-se a suspeita de que se os antigos tivessem realizado suas reflexões com vídeos e não com palavras, em vez de bibliotecas teríamos videotecas e em vez de uma lógica, teríamos uma videótica. Mas tudo isso são anacronismos (Flusser, 1994: 194).

Uma das atividades tidas como certa na leitura dos textos de comunicação científica é aquela que diz respeito à decifração do código sem a qual nenhuma compreensão seria

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – NP Semiótica da Comunicação.

<sup>2</sup> Professora da Escola de Comunicações e Artes; Coordenadora do NP Semiótica da Comunicação (2001-06); pesquisadora de Semiótica da Cultura. Autora, dentre outros de *Semiótica da cultura pelo prisma da Semiosfera* e *O filme que Saussure não viu: o pensamento semiótico de Roman Jakobson* (a saguir); *Escola de semiótica: a experiência de Tártu-Moscou para o estudo da cultura* (São Paulo: FAPESP/Ateliê Editorial, 2003). [irenemac@uol.com.br](mailto:irenemac@uol.com.br)



possível. Seja nos meios de divulgação, seja nas atividades didáticas, acredita-se que a primeira tarefa de tratamento do conhecimento científico seja a transformação do que está escondido na descoberta. Existe, evidentemente, muito a ser discutido numa assertiva como esta. Salta à vista, antes de mais nada, o paradoxo: revelar o que está escondido na descoberta por meio da decifração. Ainda que não tenha a menor pretensão de esmiuçar o paradoxo, a abordagem semiótica pode se beneficiar de um enfrentamento do pressuposto da decifração. Seja como for, existe a crença generalizada de que lidar com as descobertas implica, pelo menos, uma atividade semiótica sem a qual o conhecimento não pode ser dado. Traduzir, codificar a informação, transformar a experiência em texto são, reconhecidamente, atividades semióticas. Em todas elas, o eixo fundamental da orientação é o lidar com os signos em interação. Em última análise, para lidar com o conhecimento sobre o mundo é preciso vencer o desafio de compreensão da semiose implicada no gesto de leitura daquilo que se procura conhecer. Nesse caso, o senso comum não está de todo equivocado: existe sim algo escondido em toda descoberta. Algo que não se oferece de pronto ao olhar mas que implica uma construção cultural de outra natureza para que seja explicitado.

A comunicação da ciência reivindica uma interpretação de conteúdos vinculados à leitura. Do ponto de vista semiótico, o cientista exerce uma dupla tarefa: de descobridor do conhecimento e de codificador da informação de que ele [conhecimento] é portador. Contudo, ao entrar na cultura sob forma de um texto, a leitura não emerge da decodificação. Para ser efetiva, a leitura depende da transcodificação: coloca em ação gestos culturais e não apenas conteúdos. Nesse caso, a idéia de decifração da comunicação científica começa a exibir sua fragilidade: para decifrar foi preciso codificar. Esta, contudo, não é atividade de deuses, mas construção cultural humana. Logo, não é dada e sim criada. Eis que se coloca a atividade do semioticista: diferentemente do homem comum, cabe ao semioticista compreender a semiose que se desenrola neste gesto de leitura do acontecimento científico. Para isso ele precisa lidar com classes diferenciadas de signos. Afinal, o texto que ele vai construir não conhece limites e opera tanto com signos discretos quanto com signos contínuos. É da natureza dos textos culturais a semiose dos códigos disponíveis na cultura.

A atividade de leitura figurada como interpretação cultural de eventos de descoberta na ciência será aqui examinada como gesto de leitura que difere da leitura como



decifração, atividade, por excelência, da cultura letrada. Ainda que implique aprendizado de códigos, estes não se limitam a uma única classe de signos. A leitura como gesto semiótico exige de nós aquilo que temos denominado alfabetização semiótica. Em cada descoberta, a variedade de signos entra em ação para fazer emergir a semiose de um conhecimento ainda não explicitado.

A noção de gesto também é específica. Trata-se de uma percepção que foi profundamente examinada pelo filósofo Vilém Flusser (1994): expressão e articulação de signos que configuram uma nova forma de estar no mundo. Gesto é assim uma categoria para denominar uma classe específica de movimentos do corpo: aqueles movimentos corporais específicos que expressam uma intenção não causal, mas voluntária (Flusser, 1994: 8). Os gestos são manifestações de significação. Tanto expressam quanto articulam significados suscetíveis de leitura. Nesse caso, os gestos promovem a interpretação culturalmente codificada.

Para Flusser, um dos objetivos fundamentais das pesquisas em comunicação é examinar e dar a conhecer processos de interpretação codificada. Esta é a singularidade semiótica da disciplina e que a distingue de outras áreas que se voltaram para o fenômeno da comunicação, das ciências sociais à cibernética, passando pela biologia. Conceitos como “código”, “mensagem”, “memória”, “informação”, sustentam diferentes abordagens da comunicação humana e são chaves para o dimensionamento da interpretação. Graças a elas, é possível afirmar a vocação semiótica dos estudos da comunicação. Contudo, o deslocamento deste aparato conceitual para outras áreas científicas (mensagem subliminar, memória geológica, código genético) fez com que os estudos se desviassem desta vocação para se que o status de disciplina científica explicativa fosse adquirido (Flusser, 1994: 10). Eu gostaria de retomar a orientação para a interpretação codificada.

Do ponto de vista da cultura, a interpretação é ocorrência da semiose, vale dizer, das relações entre sistemas em que as operações do signo em sua interação com seu objeto são fundamentais para que o interpretante se constitua em sistema cultural dotado de linguagem. Daí que só se pode interpretar um código a partir das articulações estabelecidas com outros códigos no contexto mais amplo da cultura. Ainda que a



interpretação codificada se oriente pela busca da expressão, seu método é a análise das articulações da semiose do que para a decifração da expressão. A articulação se orienta muito mais para o movimento tradutório de um gesto.

Como interpretação culturalmente codificada, o gesto é emanção que pode extrapolar o corpo humano. Em seu estudo sobre a fenomenologia do gesto, Flusser examina 16 possibilidades: gesto da fala, da fotografia, da busca, do amar, do plantar, dentre outros. A leitura não consta deste conjunto, por isso, me vi tentada a compreender a leitura como gesto.

Quem levantou esta possibilidade foi, sem dúvida alguma, Roland Barthes quando ele pergunta: “Nunca lhe aconteceu, ao ler um livro, interromper com frequência a leitura, não por desinteresse, mas, ao contrário, por afluxo de idéias, excitações, associações? Numa palavra, nunca lhe aconteceu *ler levantando a cabeça?*” (Barthes, 1988: 40). E a partir daí introduz um contexto de leitura que se distancia radicalmente da decifração – leitura gráfica – e convoca relações imaginativas mais precisas.

Evidentemente que Roland Barthes, ao propor a leitura com a cabeça levantada, pensava no gesto da imaginação daquele que lê. O movimento da cabeça tirava os olhos da página e acionava os olhos da mente. Isso continua sendo válido quando se concebe a leitura como expressão e um ato de decifração: é como se decifrássemos todo um imaginário jamais revelado.

Contudo, quando se pensa em seu caráter articulatório, signos articulados com os olhos do corpo e os olhos da mente, um outro gesto se insinua. Chamo a este gesto de gesto semiótico porque vejo nele a leitura reposicionando aquele programa de instrução do cérebro que o capacita para suas funções antes mesmo que ele tenha terminado de crescer. Nesse caso, o gesto da leitura é muito mais uma possibilidade aberta a probabilidades, sobretudo, daquelas estimuladas pelo ambiente cultural.

#### LEITURA DE CABEÇA LEVANTADA



O gesto semiótico que orienta a leitura como interpretação culturalmente codificada se desenvolve paralelamente com processos da mente que não contam apenas com correspondências. Se os textos da cultura abrigam uma variedade de códigos, os processos de mente interpretadora não podem se referir a um único estado. Logo, é preciso admitir uma mudança no estado de mente favorável ao desenvolvimento da leitura como gesto semiótico combinatório de diferentes sistemas de signos. A mesma cultura letrada que dotou o homem da capacidade para a leitura de signos, condicionou o domínio da leitura como decifração. Este é um precedente real da leitura com a cabeça levantada preconizado por Barthes. Convoca-se a imaginação como redentora daquilo que o código verbal oculta. Este tipo de leitura disseminado pelo texto literário não é o único. O texto artístico e científico, por exemplo, desenvolvidos na mesma cultura letrada, pautam por um outro tipo de relação, aquela dada pela complementaridade.

Quero dizer que o crescimento e a ampliação das linguagens da cultura contribuem para a mudança de mente. Hoje, associamos esta mudança de mente às descobertas do mundo eletrônico que, do ponto de vista da pesquisa teórica, encontra-se fundado na física quântica. É possível, porém, encontrar outros exemplos na história da cultura, não tão evidentes, contudo, mais do que suficientes para mostrar que o desenvolvimento da complementaridade é traço distintivo do texto da cultura como base de sua dinâmica.

A metáfora da cabeça levantada não apenas continua preciosa para explicitar leitura como gesto semiótico como ficou enriquecida. Em vez de referir-se apenas à imaginação, reporta-se, igualmente, às probabilidades interpretativas que a complementaridade entre os códigos culturais estimula. Existem exemplos em diferentes culturas e momentos históricos que podem nos ajudar. Tenho comigo um exemplo que me é muito caro: aquele que constitui um legado do astrônomo Galileu Galileu (1564-1642), professor de matemática na Universidade de Pádua, que passou para a história não apenas como pai da *nuova scienza*, mas também como mártir dos signos que sentenciaram seu destino (Machado, 2003).

Sabemos que o objeto de estudo de Galileu – o movimento dos astros e planetas – exigia que ele realizasse uma leitura de cabeça levantada, *avant la lettre*. Contudo, os olhos de seu corpo não podiam alcançar o movimento para que o gesto de sua leitura fosse

interpretado culturalmente. Ele precisava de medições precisas. Para isso, ele construiu lentes e montou um telescópio que, apontado para o céu, era capaz de aumentar até 20 vezes o tamanho dos astros. Interessado em examinar a superfície da lua, no final de 1609, Galileu posicionou seu telescópio na direção do astro e pôde observar todas as fases de sua perambulação pelo céu. Vale lembrar que Galileu empenha-se a ler os movimentos da lua no contracampo da leitura da Igreja medieval, que pregava a noção de lua como uma superfície plana, simétrica, harmoniosa – ícone maior da virtude dos seres celestes.

Ao ler aquilo que suas lentes alcançavam, Galileu transportou suas constatações para desenhos, registrados em papel sépia. Concebeu linhas divisórias entre zonas escuras e claras – evidência inequívoca de que aquilo que seu olhar alcançara com a ajuda das lentes não era a superfície de um corpo uniforme e harmonioso. Pelo contrário, tratava-se de um corpo com irregularidades de superfície, tais como as que se observam em montanhas e crateras. Imaginou, então, uma superfície acidentada e, por meio da técnica do claro-escuro, desenhou o que a imaginação lhe ditava. O resultado é uma pintura em que a sombra e a luz são manipuladas de modo a salientar as protuberâncias e depressões.

Pelo que consta historicamente, aquilo que desenhou Galileu não era exatamente o que constataram outros cientistas ao observar o mesmo objeto.

O gesto de leitura de Galileu foi sua perdição. Ele representou visualmente o que vira, ou seja, codificou com desenhos o que vira os olhos de sua mente científica. Enquanto as imagens desenhadas por Galileu permaneciam imagens ópticas capturadas pelas lentes de seu telescópio, a representação das sombras *chiaroescuro* não foi lida como ícones de rugosidade e irregularidade. Tampouco os dogmas da Igreja parecem ter sido abalados. Contudo, em 1610, Galileu descreve suas imagens no livro *Sidereus Nuncius* (*Mensageiro das estrelas*) a paisagem lunar que vira: a lua como superfície irregular, rugosa, cheia de cavidades e proeminências, não diferindo muito da superfície da Terra, do relevo formado de cadeia de montanhas e vales. Chega a calcular, a partir das sombras projetadas pelas montanhas, que estas deveriam medir quatro milhas desde o sopé – mais do que os Alpes terrestres! A partir de 1616, sofre todo tipo de perseguição e condenação pelo tribunal do Santo Ofício, sendo obrigado a negar suas teses. Em



1633, passa a viver na clandestinidade. Mesmo após seu julgamento e condenação, Galileu continuou a escrever sua obra *Dois Novas Ciências* (1638).

Apesar de todos os problemas ideológicos do acontecimento, o evento científico foi glorificado pelo gesto da leitura semiótica de Galileu, ainda que isto lhe tivesse custado a vida. Tenho me perguntado se o destino do cientista não teria sido outro se suas observações tivessem permanecido apenas como signos icônicos. Afinal, o inquestionável analfabetismo semiótico dos guardiões da fé cristã medieval e da crença no código único não perturbou o cientista enquanto seus experimentos não foram transcodificados pelas palavras. Somente quando os signos contínuos (desenhos, medidas, formas geométricas) foram traduzidos em signos discretos (palavras, números) a necessidade de retratação se tornou irreversível. Suas palavras o denunciaram. Verdade ou lenda, o fato é que livros foram queimados ao passo que o desenho foi salvo, ainda que numa página com bordas rasgadas.

O gesto semiótico que traduz a leitura de Galileu não cabe num único sistema de signos. Signos contínuos do desenho entram em relação complementar com os discretos, as palavras, e é este conjunto o legado das descobertas científicas de Galileu. O que aprendemos aqui é um livre exercício de probabilidades. Aquilo que o texto icônico não disse, o código verbal explicitou, e vice-versa. A complementaridade entre sistemas de signos é fundamental para a leitura do mundo e para o gesto semióticos de que nos aproximamos aqui.

A leitura com a cabeça levantada leva, assim, a um processo de interação entre sistemas semióticos. O gesto não deixa de ser uma abertura às variedades culturais que permitem exercitar os sistemas em diferentes codificações.

## NÃO DETERMINISMO DO CÓDIGO

Ainda que o código exerça determinação na definição da classe de signo, não se pode tomá-lo como «determinista» na constituição e leitura do texto cultural. Este é, de fato, um risco. Diante da interação entre sistemas, o que ganha evidência no exercício de complementaridade é a transcodificação. Nesse caso, a leitura demanda um exercício



semiótico que está muito longe da decifração determinista termo-a-termo. Nenhum código é determinista no sentido de sozinho dizer toda a riqueza e complexidade do conteúdo que compete manifestar. Algumas observações quanto ao não determinismo do código genético podem esclarecer este ponto.

Em setembro de 2005, os participantes do Congresso Brasileiro de Genética (realizado em Águas de Lindóia, SP) foram surpreendidos com uma palestra em que o professor Sergio Danilo Pena<sup>3</sup>, ao examinar a idéia de que “os genes não explicam tudo”, formulada contra a onda de determinismo dominante na pesquisa genética de nosso tempo, além dos argumentos e dados específicos de sua investigação, recorreu a árias das principais óperas do compositor austríaco Wolfgang Amadeus Mozart (1756-1791) encaminhando, assim, conceitos genéticos naquilo que ele considerou seu dimensionamento ambiental. Quer dizer: estava claro na estratégia expositiva do professor sua intenção em demonstrar o não determinismo do código genético, apesar de sua capacidade de definição dos genes.

Danilo Pena vem se ocupando em construir o retrato molecular do brasileiro não apenas do ponto de vista genético, mas considerando-se a bio-sociologia, a geografia das populações e a história da cultura. Com isso, suas descobertas genéticas não se desvinculam de ocorrências ambientais que ocorrem no tempo-espaço da cultura. Na conferência citada, ele acrescenta a música de Mozart para introduzir o *leitmotiv* da idéia sobre o não determinismo do código, partindo de “letras químicas individuais de DNA e chegando a comportamentos complexos do ser humano”. No contexto de nossas idéias, Danilo Pena não se intimida em realizar uma leitura de cabeça levantada. Para isso, se os gráficos e desenhos não dizer tudo sobre o não determinismo, a música certamente pode lhe ajudar.

Assim, tal como na “Don Giovanni”, de Mozart, a quantidade de amantes do insaciável D. Juan não justifica sua tara, as cifras vertiginosas do genoma humano dão “um choque de realidade no orgulho da espécie”: em vez dos cogitados 100mil genes, as últimas

---

<sup>3</sup> Professor titular do Departamento de Bioquímica e Imunologia da Universidade Federal de Minas Gerais.



descobertas afirmam que não passa de 20mil o número de genes humanos. O mesmo raciocínio é válido para relativizar o determinismo da suposta síndrome de Gillet de La Tourette, distúrbio genético que acometia o compositor austríaco. Para o geneticista, talvez a síndrome explique seu hábito de rir escandalosamente à toa, contudo, está longe de transportar o possível desequilíbrio de comportamento para suas composições. O DNA não diz tudo. Por isso, “o determinismo, entre outros erros, simplifica demais a influência dos genes e enxerga os indivíduos como um conjunto de traços separados, e não como um todo”.

Se os genes não explicam tudo, como querer que um único sistema de signos seja plenivalente na capacidade de significar as experiências do mundo? Disso Danilo Pena também estava consciente. Interrogado sobre o papel da música em sua apresentação, afirma: “a música é uma das linguagens mais universais que existem. Só perde para a mais universal de todas, que é o código genético”. Servindo-se das óperas de Mozart, mostra que a tematização de travestimentos (*As bodas de Fígaro*), da traição feminina (*Assim fazem todas*) ou de parricídio (*A flauta mágica*) configuram conceitos fundamentais como a ambivalência dos nossos cromossomos sexuais X e Y ou da destruição seletiva do DNA mitocondrial (mtDNA) dos espermatozóides no processo de fecundação.

Existem duas premissas fundamentais na exposição de Danilo Pena.

- (1) a constatação da indeterminação dos genes;
- (2) a construção de um raciocínio ambiental para explicitar as conexões do código genético com o ambiente sócio-cultural.

Quer dizer, ele não apenas afirma o não determinismo dos genes, como procura reformular o conceito de código genético no contexto da música de Mozart. Ao fazê-lo, obriga seu ouvinte (ou leitor) a estabelecer as conexões que ele estabeleceu entre música e genética. No final, o próprio código é reconfigurado pois adquire uma interação ambiental.



Aqueles que estão acompanhando minha exposição provavelmente imaginam minha satisfação ao me deparar com o pensamento de um geneticista que recupera a tradição da *Ars téchné* – ou a interação entre arte e ciência para formular e discutir conceitos genéticos. Contudo, a maior contribuição que Danilo Pena poderia dar ao pensamento semiótico sobre a cultura é sua afirmação do caráter ambiental do código. Se os códigos genéticos não dizem tudo, por que os códigos culturais iriam dizer? Logo, da mesma forma como para se compreender as variáveis dos códigos genéticos é preciso extrapolar os limites de suas invariáveis biológicas, para se compreender os códigos culturais faz-se necessário explorar sua dinâmica e constantes realinhamentos em contextos não previamente delimitados. Em síntese: tanto na genética quanto na cultura os códigos são recodificados por interações ambientais.

A referência à conferência de Danilo Pena não visa, pois, ao transporte de um conceito ou teoria para o campo da cultura. A referência é tão-somente para introduzir o tema da relativização do código nos processos de expansão das linguagens na cultura. Via de regra, atribuímos ao código a capacidade de definição sobre a linguagem. Contudo, diante de um quadro em que reconhecemos a expansão das linguagens, continuamos a operar com o caráter determinista do código. Prova disso é a leitura de realizamos de muitos sistemas da cultura a partir da dominante de um código. Tanto assim é que dispomos de poucas estratégias teóricas para pensar a transcodificação tal como Danilo Pena procedeu ao recorrer ao ambiente da ópera para falar do código genético em sua conexão ambiental.

O ponto de vista de um pensamento semiótico sobre a cultura alcança o caráter determinista do código na sobrevalorização dos códigos discretos sobre os códigos contínuos na compreensão dos processos culturais. Se é verdade que o crescimento da cultura visual e dos processos de síntese informática colocou na pauta de nossas necessidades um desenvolvimento de competências semióticas de um número cada vez maior de linguagens, o fato é que a dominante do código verbal é uma resistência que já deu provas suficiente de um alcance sempre limitado e precário de nossa leitura do mundo e de suas possibilidades representativas.



A leitura se defronta, assim, com caminhos diferenciados pela variação da semiose, sem o determinismo do código. Nesse sentido, o estudo da semiose tem muito a lucrar se se aproximar dos estudos desenvolvidos no campo da física quântica, não para assimilar conceitos e paradigmas mas tão-somente para compreender que é reconhecer a importância e a precedência do código na configuração de um sistema não significa torna-lo único e determinista. Pelo contrário, o código diz que é impossível dizer tudo, do mundo, de uma partícula, de um gesto. Contudo, como resistimos à diversidade e à probabilidade – insistimos em dizer que, ou as coisas são, ou não são – resistimos a admitir que cada possibilidade diz de modo diferente.

Talvez por isso que Einstein tenha afirmado tão categoricamente que Deus não joga dados.

## CONCLUINDO O RACIOCÍNIO

O gesto semiótico da leitura com a cabeça levantada chama a atenção para possibilidades interpretativas codificadas de modos diferentes. Levantar a cabeça me faz ler diferentes signos e não apenas os signos verbais. Isso não é nenhuma novidade uma vez que o aparelho cognitivo do homem adquire a capacidade para ler muito antes do crescimento do cérebro. Logo, é próprio que o cérebro tenha seu programa de leitura de signos discretos e signos contínuos, ainda que as práticas não se coloquem assim.

O que me parece evidente é que hoje, ao levantar a cabeça, encontro, no mínimo, uma tela e nela conjugações de probabilidades diferenciadas de articulação de linguagem onde uma não vale mais do que outras. Não é à toa que a cultura letrada que nos formou tenha por máxima invenção o surgimento do homem leitor – homem leitor de signos e não apenas da palavra, como insiste a tradição escolar. É esta complementaridade que vemos desenvolvida no mundo da comunicação de síntese entre signos discretos e signos contínuos que, em nosso tempo, se manifesta pelo contexto eletrônico. Logo, a leitura com a cabeça levantada no mundo de comunicação eletrônica trava um contato com uma mente, nem da memória do bardo nem da mente atômica, mas a mente quântica aberta a possibilidades das articulações sígnicas. Justifico: mundo quântico em



que o movimento de levantar a cabeça é uma distribuição de probabilidades e complementaridade. Com isso se afirma que uma classe de signos não detém sozinha nenhuma possibilidade única de dizer o mundo. Aquilo que uma classe não diz, outra o fará, complementarmente.

Se a leitura concebida no mundo da cultura letrada definiu a interpretação como expressão do pensamento (filosófico, ético, político) a leitura como gesto semiótico deste mundo eletrônico quântico se insinua como articulações de probabilidades. O grande problema é que o propósito não é informativo, mas conativo, isto é permitir a geração de sentidos advindos de caminhos diferenciados. Leitura não é decifração, mas antes gesto semiótico de interpretação codificada com vistas à operação de variedades de signos do que é lido e na proporção inversa aos signos empregados. Com isso se pode dizer que o desenvolvimento da cultura de meios tende para uma evolução de ordem dos signos contínuos, o que é um objetivo bem diferente do uso da linguagem para fins comunicativos imediatos – a interação social.

Os sistemas de síntese nos permitem pensar sobre as implicações dessa representação porque se instalam na cultura como um problema novo e, como sabemos, existe uma força de atração nos objetos novos que “ocultam em si mesmos, mais que qualquer outra coisa virtualidades desconhecidas e porque permitem ações liberadas da pessoa” (Flusser, 1994: 190).

Nessa altura de minha interrogação surgem perguntas que têm permeado minha inquietação. Este gesto semiótico da leitura é exclusivo da ciência? Como fica a situação da leitura quando a literatura começa a ler signos e sistemas de signos da cultura que operam numa outra esfera de produção semiótica? Quer dizer, quando o universo da *littera* dialoga não apenas com a palavra e signos discretos como a música, mas também com os signos contínuos da cultura visual e os sistemas de síntese das mediações informáticas?

Eis que me deparo com o romance ilustrado de Umberto Eco *A misteriosa chama da rainha Loana*. Nele a narrativa impressa em livro de quase 500 páginas se debruça sobre a vida do protagonista que, vítima de um acidente vascular cerebral perde sua



memória emocional. É capaz de lembrar fatos, datas e personagens históricos, mas nada lembra de sua identidade pessoal. Tenta recuperar sua memória e dirige-se ao local onde passara a infância na época da guerra e do autoritarismo de Mussolini. Eis a trama. Como ele recupera a memória de sua vida? Nada mais nada menos de que pelo contato com os signos que entraram para a constituição de sua mente: todos os sistemas semióticos produzidos pelos meios de comunicação de massa. História em quadrinhos, filmes, músicas, rádio, embalagens de produtos, panfletos políticos, enfim, uma trama de textos discretos e textos contínuos que levam o leitor a ler a passagem de um sistema de signos para outro. É o processo de transcodificação que orienta o gesto semiótico da leitura de uma diversidade dos textos da cultura.

A leitura com a cabeça levantada completa o gesto semiótico ao se estender para o meio digital. Existe uma homepage no site de Eco [www.themodernword.com/eco](http://www.themodernword.com/eco) em que o romance foi estratificado em camadas de signos e se transformou no *The Mysterious Flame of Queen Loana Annotation Project* disponível em <http://www.themodernword.com/eco/>. Ao sair da página para a tela a narrativa continua a mesma, porém, a leitura se transforma. O processo de geração de sentidos nos coloca numa real cadeia de semiose infinita.

#### Referências bibliográficas

- BARTHES, Roland (1988). *Escrever a leitura. O rumor da língua* (trad. Mário Laranjeira). São Paulo: Cultrix.
- ECO, Umberto (2005). *A misteriosa chama da rainha Loana* (trad. Eliana Aguiar). São Paulo/Rio de Janeiro: Record.
- FLUSSER, Vilém (1994). *Los gestos. Fenomenología y Comunicación* (trad. Cláudio Gancho). Barcelona: Herder.
- LOPES, Reinaldo José (2005). Sergio Danilo Pena, da UFMG, aponta paralelos entre traços do DNA humano e óperas do compositor austríaco. *Folha de S. Paulo*, 10 de setembro de 2005.
- MACHADO, Irene (2003). *Expressão científica: arte & ciência*. São Paulo: Pueri Domus.